**Introdução**

A Constituição Portuguesa, consagra na sua base a dignidade da pessoa humana e a vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A promoção da melhoria sustentada das condições, dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade, levam ao desenvolvimento de esforços tendentes a dar corpo ao sentimento de dever moral de apoio em situações de necessidade. O fulcro das respostas socias, tendencialmente continua a assentar na beneficência de caráter caritativo e assistencialista.

Uma Política Social ativa deve orientar-se no sentido de potenciar a eficácia das medidas de intervenção, impulsionar o trabalho de parcerias alargadas, incidindo na planificação estratégica da intervenção local, abrangendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, nomeadamente autarquias e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

O compromisso de promover o desenvolvimento local (envolvendo toda a comunidade), a conceção e avaliação das políticas sociais e a constante renovação e inovação das estratégias de intervenção (adequando-as localmente), sem nunca esquecer a dimensão global, leva-nos ao lema “Pensar global para agir localmente”.

Todavia, num mundo em que todos os dias surgem novos problemas, criando novas necessidades, torna-se obrigatório repensar permanentemente as soluções já existentes e a constante criação de novas, de modo a responder às crescentes carências da população.

Neste contexto, surge o projeto de criação de uma rede de “Vizinhos Voluntários”, que se organize e estruture de forma a dar respostas de proximidade e combate à exclusão. Com esta rede de serviços, pretende-se disponibilizar o espaço, o tempo, as oportunidades, facilitando a fruição de benefícios que possam assegurar a qualidade de vida àqueles que vão perdendo a sua autonomia, mobilidade e não têm suporte familiar. Esta rede de serviços, deve ser adaptada às realidades sociais, em função do risco, para que se transforme numa alternativa viável para a obtenção de um mínimo de dignidade humana.

O objetivo principal deste projeto será o da intervenção social, no âmbito de adaptação e desenvolvimento de serviços de voluntariado que visem promover a reabilitação, fornecer a ajuda ou compensar as dificuldades. Para se atingir este objetivo, é fundamental perceber quais os fenómenos sociais que caracterizam cada território. Sendo a solidariedade um dos valores fundamentais, é assumido pelos principais intervenientes, medidas que possam permitir e promover a inclusão social.

O que se propõe é que em cada comunidade se criem novas formas de conjugação de esforços, se avance na definição de prioridades e se planeie de forma integrada e integradora o esforço coletivo, baseada na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo.

O desenvolvimento deste projeto piloto, no Município de Tondela, será certamente um instrumento global e de fácil acesso, tornando a informação mais relevante acessível, desenvolvendo uma ferramenta materializada na concretização plena do projeto “NÓS DE APOIO”. Enquanto ferramenta/plataforma vocacionada para a disponibilização de informação sobre as dinâmicas e o grau de disponibilidade dos voluntários, permitirá potenciar um conjunto de bases de dados, comportando uma base geográfica desagregada e informação relevante suscetível de ser permanentemente atualizável.

A integração de todas estas variáveis numa plataforma dinâmica, permitirá além da simples consulta da informação relativa à rede de serviços, a visualização, atualização e inscrição de voluntários, a introdução de novas varáveis, dotada de uma capacidade de resposta em tempo real, que proporcionará uma capacidade de previsão e decisão, adequando a oferta à procura.

A definição das temáticas a abordar, revelou-se determinante, ou seja, a recolha de informação e a perceção da realidade presente e futura do território. Para a recolha, tratamento e análise dos dados, mostrou-se indispensável a preparação de um conjunto de inquéritos e a criação de uma base de dados, sistematizando assim a quantidade de informação. A realização de reuniões de trabalho entre a equipa que desenvolve o projeto e os diferentes intervenientes, pretendeu uniformizar a informação.

A construção da plataforma dinâmica obriga ao recurso de sistemas informáticos, que de forma eficiente, possibilitem a recolha, armazenamento, validação, atualização, visualização, análise e disponibilização de toda a informação recolhida-